

OS VITORIANOS E A REESTRUTURAÇÃO DO PODER POR MEIO DOS CLÁSSICOS

Renata Cerqueira Barbosa¹

¹ Doutoranda do programa de Pós-graduação em História da UNESP/Assis.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

RESUMO

Historiografia nos mostra que é comum lidar com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Seguindo esta linha, os historiadores tendem a observar a frequência de certos clamores por restauração em favor da velha lei e da velha moralidade ou religião que visa a ser efetivo. Este exemplo nos remete à Inglaterra Vitoriana, a qual retoma a Antiguidade Clássica com o objetivo de instaurar uma moralidade à sociedade que vive um momento de crescente tecnologia em contraste com a crescente desigualdade social, levando a questões contraditórias no que diz respeito à família, à saúde e ao gênero. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise da sociedade vitoriana, no que diz respeito ao seu contexto histórico, político e social e a necessidade

Recebido em:16/03/2009
Aceito em:20/06/2009

de restauração de velhos valores devido às mudanças causadas pela industrialização, entre outros fatores.

Palavras-chave: Estudos Clássicos, Imperialismo, Arqueologia

ABSTRACT

The history shows us that we deal a lot with companies and communities for whom the past is essentially the standard for this present time. Thinking this way, historians tend to observe the frequency of certain claims for restoration of the old in favor of the old law and morality and religion which intends to be effective. This example brings us back to Victorian England, which incorporates classical antiquity in order to establish morality on a society that lives in a time of increasing technology in contrast to the increasing social inequality, leading to conflicting issues regarding the family, health and gender. In this sense, the objective is to make an analysis of Victorian society, with regard to its historical, political and social stability and the necessity for restoration of old values due to changes caused by industrialization, among other factors.

Keywords: Classical Studies, Imperialism, Archaeology

Introdução

Num contexto em que acontecia uma revolução no pensamento vitoriano, no que diz respeito à economia liberal, a política imperialista e questões sociais contraditórias, levando em conta movimentos operários e teorias liberais, nos deparamos com a imposição de uma moralidade contraditória a uma evolução no que diz respeito à sexualidade, ao casamento, à família e principalmente à mulher.

Desta forma, Londres vivendo todas as contradições que uma modernidade pode causar, juntamente com o crescimento do mundo literário, tende-se a construir uma justificativa para as questões vivenciadas no momento. Uma das formas é o retorno à interpretação da literatura clássica, principalmente no que diz respeito a Roma Clássica, em que foram redesenhadas para ajudar a definir as idéias

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

da origem inglesa e a justificativa do imperialismo britânico. No entanto, o Império Romano não pode ser entendido nos mesmos termos dos Estados Nacionais que se formaram no século XIX, sobretudo no que diz respeito à relação entre Estado e sociedade. Para Norberto Guarinello², nem o processo de sua formação, o chamado imperialismo romano, pode ser comparado aos imperialismos modernos, embora certos pontos de contato sejam úteis para pensarmos o presente. Para este autor, é necessário primeiramente, fazer uma distinção:

Imperialismo é uma ação, política ou econômica, de expansão ou dominação de um Estado sobre outros. Império é um Estado, por vezes o resultado da ação imperialista, mas que não se confunde com esta (...).³

Segundo Alejandro Molina⁴, o conceito “imperialismo” – como um processo pelo qual um Estado começa a se expandir e a controlar outros povos por diversos motivos: políticos, econômicos e estratégicos – é uma criação contemporânea e surgiu com a expansão e o colonialismo, em que as potências europeias se impuseram aos continentes africanos e asiáticos.

No mundo antigo, ao contrário do mundo contemporâneo, podemos acompanhar, na longa duração, a transformação de uma ação imperialista em um grande Império. O modo e as razões pelas quais esse Império se formou e aquilo no que veio a se constituir podem ser úteis para se pensar certas realidades do mundo contemporâneo. O Império romano formou, durante vários séculos, uma unidade política de grande complexidade, cujo estudo pode contribuir para a compreensão das transformações políticas do mundo contemporâneo. Segundo Guarinello⁵, apesar das profundas alterações que conheceu ao longo de sua existência, o Império Romano nunca chegou a se constituir no que hoje entendemos por Estado nacional, no entanto, para Arnaldo Momigliano, a escrita da história latina envolve alguns aspectos importantes da cultura latina, entre eles, como ela criou o protótipo da moderna história nacional.

2 GUARINELLO, N. L. “O Império Romano e Nós” (Introdução) In: MENDES, N. M. & SILVA, G. V.(org.) *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006, p. 13-19.

3 Idem, p. 14.

4 MOLINA, Alejandro Bancalari. *Orbe Romano e Imperio Global: La Romanización desde Augusto a Caracalla*. Santiago: Editorial Universitaria, 2007, p. 37.

5 Idem, p. 14.

Segundo este autor, os Romanos transmitiram à Renascença a noção de história nacional e Lívio foi o mestre. Esta noção se desenvolveu através de vários autores, como Leonardo Bruni, que em uma imitação consciente de Tito Lívio, escreveu a história de Florença; Marcantonio Sabellico e Bembo escreveram a história de Veneza e Giorgio Merula escreveu a história dos Viscondes de Milão, entre outros. Os humanistas italianos sustentavam-se, nas palavras de Momigliano, honestamente fazendo comércio da história nacional de acordo com os modelos clássicos. Eles vendiam esta nova marca de história aos monarcas nacionais e eventualmente provocavam a competição entre os historiadores nativos. Outro fator importante, é que no Império Romano Tardio, as histórias nacionais estavam bastante na moda, para Roma, apenas resumos eram feitos, mas narrativas complexas eram escritas quando a temática dizia respeito às novas nações emergentes.⁶

De acordo com Momigliano, os escoceses, ao contrário dos ingleses, não precisaram contratar um italiano para escrever a sua história nacional no estilo de Lívio. De acordo com ele, a importância de Lívio é suficientemente real na gênese das histórias modernas nacionais, no entanto, quanto mais se pensa a este respeito, menos Lívio é encontrado. Há um tipo de quadro humanista de nação que pouco tem a ver com Lívio. O exemplo citado pelo autor é Britannia de Camden. Nesta obra é possível encontrar capítulos sobre a narrativa histórica da Bretanha pré-romana, da Bretanha romana e sobre os Anglo-Saxões e outros invasores posteriores.⁷

No que diz respeito aos Estudos Clássicos, de acordo com Martin Bernal, estes durante os séculos XIX e XX, desempenharam um papel central no esforço de legitimação histórica da cultura europeia ocidental, tendo sido marcado por uma atitude francamente política. De acordo com o autor,

Eles teriam incorporado os padrões sociais e culturais dos contextos em que se desenvolveram, fornecendo, em troca, argumentos em favor da noção de uma incontestável superioridade europeia sobre todos os outros continentes. Tal estratégia veio ao encontro de uma espécie de justificação das ações imperialistas ou neocolonialistas do período, como se fossem “missões civilizadoras”.⁸

6 MOMIGLIANO, A. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 120, 123.

7 Idem, p.21.

8 BERNAL, Martin. “A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia.” IN: FUNARI, P. P. A. (org). *Textos didáticos: Repensando o Mundo Antigo*. Campinas: IFCH/Unicamp - nº49, 2005, p.14.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos*. *Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

Neste sentido, Richard Hingley⁹ analisa como as imagens proporcionadas pela Roma Clássica foram utilizadas, ou nas palavras dele, “redesenhadas” para ajudar a definir as idéias da origem inglesa, bem como a justificativa do império¹⁰ (sic) de 1880 até por volta de 1930. Este momento foi o auge do imperialismo britânico e a “ideologia imperial” tornou-se parte da linguagem do patriotismo. Além do mais, foi um período em que novas correntes intelectuais se desenvolveram para definir e sustentar o controle britânico por extensas partes do mundo. Trabalhos acadêmicos, escritos políticos e literatura popular refletem esta necessidade imperial e o passado imperial romano foi retomado para ajudar a tornar conhecida a “missão” imperial britânica. É preciso deixar claro, no entanto, que a utilização da arqueologia se faz necessária como metodologia nesse processo de romanização, evidenciando neste contexto de estudo sua prática indispensável.

Nas palavras de alguns autores¹¹, a Arqueologia seria filha do nacionalismo, do colonialismo e do imperialismo. Devido a sua subordinação à sociedade ou, aos grupos dominantes, torna-se clara sua dependência frente a esses, para a obtenção de verbas e do apoio institucional necessários ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica. Sob influência do nacionalismo do século XIX, a Arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. A partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica. De acordo com Funari¹², “esta seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época,

9 HINGLEY, Richard. “Concepções de Roma: Uma perspectiva inglesa”. In: FUNARI, P. P. A. (Org). *Repensando o Mundo Antigo*. Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, N° 47, 2002, pp. 27-62.

10 O autor utiliza o termo “império”, no entanto, Norberto Guarinello faz uma distinção entre Império e Imperialismo. Segundo ele, Imperialismo é uma ação, política ou econômica, de expansão e dominação de um Estado sobre outros. Império é um Estado, por vezes o resultado de uma ação imperialista, mas que não se confunde com esta. (MENDES, N. M. & SILVA, G. V. (Orgs.) Introdução. *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p.14.

11 Como: TRIGGER, B. A “History of archaeological thought”. Cambridge University Press, 1990; GRAVES-BROWN, P., JONES, S., GAMBLE, C. (edd.) *Cultural identity and Archaeology: the construction of European Communities*. Londres: (?), 1996.

12 FUNARI, P. P. A. *Cultura material Histórica e Patrimônio*. Campinas, IFCH/Unicamp, Abril/2003, p. 13.

e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado”. O modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração.

Nesse sentido, no final do século XIX, segundo Trigger, o evolucionismo cultural sofria contestações na Europa por conta do crescente nacionalismo e do declínio da fé no progresso tecnológico. Os dois fatos estavam intimamente ligados, portanto o enfraquecimento da adesão ao evolucionismo fazia despontar a etnicidade como fator mais importante na história humana. Na Europa ocidental, o nacionalismo crescia à medida que a expansão industrial aumentava a competição por mercados e recursos. No final do século, “intelectuais desejosos de promover a solidariedade em seus países, em face do conflito social crescente, estimulavam o nacionalismo, culpando estados vizinhos por seus problemas econômicos e sociais”.¹³

A arqueologia esteve associada ao nacionalismo durante todo o século XIX, principalmente na Europa central e do norte. De acordo com Trigger, em 1871, ela desempenhou um papel importante na unificação alemã, promovendo um “senso de identidade étnica, e depois disso continuou a fazê-lo, ajudando a exprimir o orgulho do povo alemão por suas realizações”. Acervos crescentes de material arqueológico foram recuperados como resultado da construção de estradas, ferrovias, canais e fábricas, da fundação de museus e institutos de pesquisa e da criação de cadeiras de arqueologia nas universidades. À medida que mais testemunhos eram coletados, a atenção dos arqueólogos passou aos megálitos¹⁴, colinas fortificadas e túmulos para o estudo dos artefatos. Seu principal objetivo era determinar, muitas vezes utilizando critérios fantasiosos, a que grupos étnicos os diversos achados pertenciam, de modo que as nações emergentes pudessem saber mais sobre o começo de sua história e sobre o modo como viviam seus ancestrais. O interesse por problemas étnicos e históricos levou os arqueólogos a prestar atenção crescente à distribuição geográfica de tipos distintos de artefatos e conjuntos destes, no esforço de relacioná-los com grupos históricos. Por conta do papel desempenhado pelos arqueólogos na promoção de um sentimento de identidade étnica, os governos imperiais ten-

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

13 TRIGGER, B. *A History of archaeological thought*. Cambridge University Press, 1990, p.144.

14 Blocos de pedras de proporções gigantescas presentes em monumentos neolíticos.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

taram, por vezes, obliterar ou impedir a pesquisa arqueológica. Por essa razão, ela obteve o apoio de grupos nacionalistas como a classe média tcheca e a aristocracia da Polônia.¹⁵

Partindo destas afirmações, a ligação entre arqueologia e política apresenta-se sempre mediatizada. Não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que dêem sustentação científica a essas pretensões. Nas palavras de Funari, a criação e valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se muitas vezes com a arqueologia. Neste caso, predominam com frequência os interesses dos grupos dominantes mediados pela ação do Estado. Além do mais, a exploração e a valorização dos territórios nacionais implicam também, um relacionamento particular entre a arqueologia, a sociedade e os grupos de poder. Trata-se da incorporação de monumentos e objetos numa prática de valorização e transformação econômica da paisagem. De maneira geral, a arqueologia tem privilegiado os artefatos dos segmentos dominantes das sociedades estudadas como objetos admiráveis, justamente, pelo seu caráter elitista.¹⁶

Outra questão a ser levantada no que diz respeito ao papel da arqueologia como parte da “engrenagem” da “exploração imperialista”, está no diferencial de poder entre metrópoles e colônias – ou entre o centro e periferia – que sempre acarretou mecanismos de apropriação de bens das colônias para as metrópoles. Nesse processo, a arqueologia teve um papel relevante na transferência de monumentos e objetos arqueológicos dos países de origem para as metrópoles formando-se assim, os acervos dos principais museus europeus. Essa apropriação ocorria durante o período colonial, pela imposição de força de ocupação militar metropolitana da qual, não raras vezes, faziam parte os arqueólogos. A partir da descolonização, a apropriação de vestígios arqueológicos passou a ocorrer por mecanismos econômicos. Assim, com a expansão do mercado de peças arqueológicas, a saída muitas vezes ilegal de objetos de países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos, efetua-se pela venda das peças no mercado internacional. Isso significa que, à expropriação forçada do período colonial, seguiu-se uma nova fase na qual a transferência do patrimônio arqueológico adquiriu, via mercado, uma capa de legalidade.¹⁷

15 Idem, p. 145-146.

16 FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 101-105.

17 Idem, p. 104-105.

Partindo deste pressuposto, torna-se necessário analisar como se deu o processo de Romanização e de Anglicidade, bem como a necessidade de legitimação de uma história construída na Inglaterra Vitoriana.

O conceito de “Romanização” aparece como problema central, no século XIX, em estudos realizados, a princípio, por Theodor Mommsen¹⁸, sendo marcado pela idéia, de um lado, da superioridade cultural romana sobre culturas “indígenas” e, de outro, da existência de uma possível cultura romana homogênea imitada por povos autóctones.¹⁹ A partir do século XIX, concomitante aos estudos de Mommsen, inicia-se a compilação do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL, desde 1868), o qual além de prover fontes para o estudo do mundo romano e deste processo de romanização colabora em parte, com novas evidências para a nascente ciência da Arqueologia preocupada com a emergência política da questão das identidades nacionais.²⁰ Aqui a cultura material ainda é confundida com as noções de “civilização”,²¹ não se separando de seu objeto de investigação; de seu projeto de busca/criação destas identidades orgânicas, estabelecendo no passado da Antiguidade romana, as origens de uma determinada noção de “povo”.²²

Segundo Richard Hingley o passado tem sido desdobrado por europeus, e povos do mundo ocidental em geral, para esculpir identidades que se opõem, para construir o Ocidente e o “não-Ocidente” e criar uma ascendência cultural. Neste contexto, a construção do passado nunca foi uma atividade imparcial. Roma teve um lugar especial na definição da História e do pensamento europeu, sendo construída em vários momentos históricos para representar autoridade literária,

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

18 FREEMAN, P. W. M. “Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late nineteenth-century Britain”. In: MATTINGLY, D. J. (Ed.) *Dialogues in Rome Imperialism: Power, Discourse, and Discrepant Experience in the Roman Empire*. JRS. Supplementary Series, 1997, p. 23.

19 HUSKINSON, J. “Looking for culture, identity and Power”. In. *Experiencing Rome. Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2000, p. 20.

20 OLIVIER, L. “A Arqueologia Francesa e o Regime de Vichy (1940-1944)”. In: BENOIT, H. e FUNARI, P. P. A. (org.) *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 243.

21 PESEZ, J-M. “História da Cultura Material”. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 180-215.

22 GONÇALVES, C. R. “La Ficción como Verdad. La invención de la cultura de los Libertos en la historiografía y en la Cena Trimalchionis (Satyricon 29-78)”. *Limes*. 12, 2000, p.77.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

unificação política, poder imperial e proeza militar entre outros. Uma dicotomia entre a imagem romana e aquelas munidas pelas ideias de uma identidade nativa pode ser extraída das concepções de Roma. A efígie do império romano proporcionou um mito de origem para muitos povos da Europa e, em particular, para a História do ocidente como um todo. De acordo com o autor, com relação à contrastante ideia de identidade nativa, as fontes escritas romanas serviram para prover a ideia de “alteridade” que foi usada para ajudar a definir e unir povos dentro de nações individuais na Europa Ocidental. Ao definir sua própria civilização em oposição aos “outros” bárbaros, autores clássicos proporcionaram um poderoso instrumento interpretativo, que ajudou a criar nações e impérios modernos.

Autores romanos que escreveram durante o período de expansão no final do primeiro milênio a.C. e início do primeiro milênio d. C., registraram nomes e feitos de vários grupos étnicos significativos no império ocidental ou em outros locais, incluindo gauleses, batavos, germanos, bretões, dácios, entre outros. Alguns textos romanos importantes se tornaram disponíveis a uma elite ilustrada na Europa Ocidental do século XVI em diante, devido ao fato de tais textos conterem informações sobre estes primeiros povos, histórias sobre seus hábitos cotidianos e seus atos de resistência ante o imperialismo romano. Ocasionalmente, os textos também indicavam uma localização geográfica aproximada na qual estes povos teriam vivido.²³

Observa-se, com as análises apresentadas, que uma história “fabricada” é bastante comum, ainda que se deva distinguir entre suas utilizações meramente retóricas ou analíticas e as que implicam uma genuína “restauração” concreta. De acordo com Hobsbawm²⁴ o caso dos radicais ingleses do séc. XVII a XIX que dificilmente pretendiam voltar à sociedade da pré-conquista inserem-se neste contexto; o “jugo normando” para eles era basicamente um dispositivo explicativo, os “anglo-saxões livres”, no máximo, uma analogia ou a busca de uma “genealogia”. Por outro lado, para o autor, apesar dos movimentos nacionalistas modernos que quase podem ser definidos como movimentos que esquecem a história ou, entendem-na mal, porque seus objetivos não encontram precedentes históricos, insistem em defini-los, em maior ou menor grau, em termos históricos e

23 HINGLEY, op. Cit. p. 28-30.

24 HOBBSAWM, Eric. “O Sentido do Passado” In: *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 22-35.

tentam realizar partes dessa história fictícia. O autor aplica isto à definição do território nacional e às pretensões territoriais. Elas não são “restaurações” ou “renascimentos”, e sim, inovações que usam ou pretendem usar elementos de um passado histórico real ou imaginário. Os movimentos nacionalistas são os mais óbvios no que diz respeito aos tipos de inovação que procedem da maneira citada, já que a história é a matéria-prima mais fácil de trabalhar no processo de fabricar as “nações” historicamente novas em que estão engajados.

Nesta mesma linha, os estudos literários ingleses, a partir de 1813, estruturaram uma estratégia de *containment*²⁵ dos colonizados em uma parte do império, particularmente a Índia. Por meio destes se constrói e se propaga a representação de um tipo ideal de inglês, um exemplo moral, contraponto da imagem negativa que os autóctones podiam ter do ocupante pela observação direta de seus feitos e gestos. A política da anglicidade ou anglitude²⁶ (Englishness) toma a dianteira em relação à política do orientalismo²⁷. A representação da anglicidade tem uma longa história de desenvolvimento, surgindo a partir das linhagens políticas emergentes dos anos de 1880 como resultado, em parte, de uma crise geral da sociedade urbana.

Em trabalhos de autores influentes da literatura britânica, esta representação focalizou o ideal de permanência de uma história nacional. Um grande número de autores no final do século XIX e início do XX começou a desenvolver uma imagem de Anglicidade que trazia novas respostas às perguntas sobre a origem inglesa. Esta representação da Anglicidade definiu o inglês como uma etnia misturada da ilha que teve sua herança étnica organizada a partir de diversos povos que viveram na Britânia no passado. A herança étnica derivava não só dos germânicos, mas também dos antigos bretões, romanos, dinamarqueses e normandos. Além do mais, esta herança incluía a inspiração dos valentes e antigos heróis bretões e também a transmissão da civilização dos romanos clássicos.²⁸

Com a ascensão do antiquarismo e da arqueologia, evidências

25 *Containment* é uma espécie de tática, uma estratégia que pode ser entendida como efeito dominó, uma forma de “contaminação”. Podemos entendê-la como contenção, antecipar-se para prevenir a expansão de um poder ou idéias hostis.

26 São termos usados por tradutores diferentes, mas se referem ao termo Englishness.

27 Estratégia de integração fundada sobre a consideração de elementos da “cultura índia” (sic) que a administração colonial inventara por volta do fim do século XVIII para facilitar a indigenização de seus quadros. MATTELART, A. NEVEU, E. Introdução aos Estudos Culturais. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 31.

28 HINGLEY, op. Cit. p. 46- 47.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

físicas derivadas do passado – artefatos e estruturas – puderam ser utilizadas para localizar estes povos na paisagem contemporânea européia. Neste contexto, a Arqueologia desenvolveu-se como uma disciplina útil que traduzia uma imagem idealizada do passado étnico em realidades táteis usando cânones modernos de conhecimento. No final do século XIX e início do XX, arqueólogos usavam técnicas para localizar, datar, descrever e classificar vestígios materiais, mas eles também proporcionaram “histórias” sobre a origem dos monumentos e artefatos que auxiliaram no desenvolvimento de uma identidade nacional própria. Nestas histórias, os elementos físicos de uma cultura herdada – os artefatos, edifícios e paisagens – propiciaram uma conexão tangível e particular com um passado étnico imaginado. De acordo com Richard Hingley,

(...) o sentido de pertencimento é vital para uma definição própria de identidade nacional e a ligação de identidades étnicas a certos tipos de evidências arqueológicas tornou-se um instrumento poderoso tanto na Inglaterra como em vários outros países europeus.²⁹

Alguns debates surgiram em torno desta política da Anglicidade, dos quais três são pertinentes. O primeiro relaciona-se com a centralidade de uma reflexão gerada pelo impacto da Revolução Industrial sobre a cultura nacional, com as ameaças que esta faria pesar tanto sobre a coesão social como sobre a preservação de uma vida intelectual. O segundo tem a ver com a responsabilidade que, para além de suas contradições, os autores atribuem a alguns intelectuais, produtores ou difusores culturais como despertadores e educadores de uma cultura nacional. O terceiro diz respeito às contradições dessa referência ao cultural e a seus jogos de poder. Mesmo entre os mais conservadores, observa-se uma forma de sensibilidade moderna, antropológica, ao cultural, que integra os estilos de vida, a estética da cotidianidade. Simultaneamente as humanidades e especificamente a literatura nacional, aparecem como os instrumentos privilegiados de civilização e de compreensão do mundo, enquanto as ciências sociais, a economia, a sociologia nascente são vistas com suspeitas.³⁰ Entre as fontes utilizadas para ajudar a formar esta política da Anglicidade, estão obras históricas clássicas que descrevem a invasão romana na *Britânia* no século primeiro d. C. e as descrições

29 Idem, p. 30-31.

30 MATTELART, A. NEVEU, E. Op. Cit. pp. 31-35.

de vestígios arqueológicos recolhidas por antiquários e arqueólogos. Como resultado, a Arqueologia teve uma grande participação na definição do propósito imperial da Inglaterra.³¹

A mistura étnica como fonte para a forte etnia inglesa evidentemente teve um papel distinto na ideologia do propósito imperial. A ideia de que a população da Inglaterra e Britânia era geneticamente misturada serviu para proporcionar um mito de origem mais aberto que a imagem teutônica, uma ideia que poderia servir para criar um maior sentido de unidade para o povo britânico. Fundamentalmente, a herança do espírito imperial dos romanos clássicos também proporcionou ao inglês um papel distinto na direção da política imperial em contraste com os galeses e escoceses.³²

Richard Hingley afirma que o interesse por linhas de continuidade na vida nacional inglesa estruturou trabalhos acadêmicos e populares. Sendo assim, a Arqueologia Romana passou a ter um valor distinto como parte da representação da Anglicidade. Os tipos de analogias que foram feitos entre Britânia e Roma durante os séculos XIX e XX influenciaram profundamente o caráter dos estudos de Haverfield que, por sua vez, influenciou aqueles que estavam por vir. Neste sentido, acadêmicos selecionaram imagens de uma história mítica que projetaria a estabilidade da vida nacional e contribuiriam para a representação da Anglicidade. Um dos resultados deste processo foi o desenvolvimento da arqueologia Romana na Britânia sob um caráter nacional particular. Desta forma, a teoria arqueológica durante os séculos XIX e XX serviu para projetar muitas visões populares que substituíram os limites do estado nacional inglês pelo passado romano.³³

Referências

BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia. In: FUNARI, P. P. A. (org). **Textos didáticos: Repensando o Mundo Antigo**. Campinas: IFCH/Unicamp, n. 49, 2005.

31 HINGLEY, Op. Cit. p. 28.

32 Idem, p. 50.

33 Idem, p. 35.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.

FREEMAN, P. W. M. Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late nineteenth-century Britain. In: MATTINGLY, D. J. (Ed.) **Dialogues in Rome Imperialism: Power, Discourse, and Discrepant Experience in the Roman Empire**. JRS. Supplementary Series, 1997.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P. A. **Cultura material Histórica e Patrimônio**. Campinas, IFCH/Unicamp, Abril, 2003.

GONÇALVES, C. R. La Ficción como Verdad. La invención de la cultura de los Libertos en la historiografía y en la Cena Trimalchionis (Satyricon 29-78). **Limes**. Santiago do Chile, v. 12, p. 85-103, 2000.

GRAVES-BROWN, P., JONES, S., GAMBLE, C. (edd.) **Cultural identity and Archaeology: the construction of European Communities**. Londres: Routledge, 1996.

GUARINELO, N. L. O Império Romano e Nós (Introdução) In: MENDES, N. M. & SILVA, G. V.(org.) **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006.

HINGLEY, Richard. Concepções de Roma: Uma perspectiva inglesa. In: FUNARI, P. P. A. (Org). **Repensando o Mundo Antigo. Textos Didáticos**. Campinas: IFCH/UNICAMP, n 47, p. 27-62, 2002.

HOBSBAWM, Eric. O Sentido do Passado In: **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 22-35.

HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and Power. In. **Experiencing Rome. Culture, Identity and Power in the Roman Empire**. London: Routledge, 2000.

MATTELART, A. NEVEU, E. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOLINA, A. B. **Orbe Romano e Imperio Global: La Romanización desde Augusto a Caracalla**. Santiago: Editorial Universitaria, 2007.

MOMIGLIANO, A. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

OLIVIER, L. A Arqueologia Francesa e o Regime de Vichy (1940-1944). In: BENOIT, H. e FUNARI, P. P. A. (org.) **Ética e Política no Mundo Antigo**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 243.

PESEZ, J-M. História da Cultura Material. In: LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 180-215.

TRIGGER, B. **A History of archaeological thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BARBOSA, Renata Cerqueira. *Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Os vitorianos e a reestruturação do poder por meio dos clássicos. Mimesis*, Bauru, v. 30, n. 1, p. 61-74, 2009.